



AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E O “CASO CEARENSE”: UMA REVISÃO CRÍTICA DE LITERATURA

Danilo Celedônio¹
Alcides Gussi²

Large-scale evaluations and “Ceará’s case”: a critical literatura review

Resumo:

Este artigo traz uma revisão crítica de literatura sobre a trajetória das avaliações em larga escala na Educação Básica no Estado do Ceará. O intuito é analisar produções já consolidadas, como Bonamino e Sousa (2012), Freitas (2012) e Lima (2007) e mostrar caminhos de pesquisa pouco ou nada explorados. Para tanto, foi realizado pesquisa bibliográfica em diversas bases e foi percebida a conexão de elementos que auxiliaram na construção dos resultados nas avaliações em larga escala das escolas cearenses, tais como a Gestão por Resultados que a Administração Pública do Estado adota e a “experiência de Sobral” na alfabetização. A junção desses e outros elementos associados modificou a relação da Educação Básica do Estado do Ceará com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece). Como revisão crítica de literatura, foi possível constatar carência de pesquisas de campo com permanência mais alongada e falta de trabalhos acadêmicos que analisem a perspectiva dos alunos, bem como uma concentração de trabalhos relativos ao Ensino Médio com foco na gestão escolar.

Palavras-chave: Avaliações. Ceará. Revisão de Literatura

Abstract:

This article provides a critical review of the literature on the trajectory of large-scale assessments in Basic Education in the State of Ceará. The aim is to analyze already consolidated productions, like Bonamino and Sousa (2012), Freitas (2012) and Lima (2007), and show research paths little or not explored. For that, a bibliographical research was carried out in several databases and the connection of elements that helped in the construction of the results in the large-scale evaluations of Ceará schools was perceived, such as the Management for Results that the Public Administration of the State adopts and the “experience of Sobral” in literacy. The combination of these and other associated elements changed the relationship between Basic Education in the State of Ceará and the National System for the Evaluation of Basic Education (Saeb) and the Permanent System for the Evaluation of Basic Education in Ceará (Spaeece). As a critical review of the literature, it was possible to verify a lack of field research with a longer duration and a lack of academic works that analyze the students’ perspective, as well as a concentration of works related to High School with a focus on school management.

Keywords: Assessments. Ceará. Literature Review

1. Graduação em História e Pedagogia; Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Professor vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

2. Antropólogo e Doutor em Educação (UNICAMP). Professor do curso de Gestão em Políticas Públicas, do Mestrado em Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

No Estado do Ceará, especialmente na última década, vivencia-se certa expectativa, não mais restrita ao campo da Educação, sobre a divulgação dos resultados das avaliações em larga escala, destacadamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece). Essa atenção associada ao desempenho certamente influenciou na nomeação de figuras importantes da política cearense para o Ministério da Educação a partir de 2023. Porém, se os resultados do Saeb colocam o Estado do Ceará como destaque em relação ao Ensino Fundamental há alguns anos, o Ensino Médio continua sendo relativamente silenciado, ou, quando mais, percebido até como um problema por conta de seus resultados abaixo das metas³.

As avaliações em larga escala cumprem a agenda da Administração Pública gerencial no campo da Educação, incorporando, ao cotidiano das escolas públicas, concepções como responsabilização (ou *accountability*), estabelecimento de metas, eficiência, racionalização dos investimentos e controle de resultados (BROOKE, 2006; BONAMINO & SOUSA, 2012; FREITAS, 2012; SILVA, LOPES & CASTRO, 2016). Como um fenômeno importante para o campo da Educação nacional, tendo em vista o espaço que esses resultados têm ocupado na seara acadêmica, política e no cotidiano das unidades escolares, este artigo vem propor uma revisão crítica de literatura sobre as avaliações em larga escala no Ceará, lançando luzes sobre parte dessa trajetória de relativo “sucesso”, revelando estudos consolidados e mostrando outros caminhos ainda por investigar.

Este artigo é parte de uma etnografia desenvolvida como tese de Doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Para compor a parte teórica do trabalho, optou-se por fazer uma revisão de literatura que explicasse aquilo que se assemelha a um “fenômeno” da Educação do Estado do Ceará. Para tanto, buscaram-se trabalhos sobre o Spaeece e o Saeb no Ceará nas bases do *Google Acadêmico*, do Banco Nacional de Teses e Dissertações da CAPES e no repositório do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

A leitura do material encontrado revelou aproximações com estudos em Administração Pública, mostrando vinculações conjunturais desse fenômeno educacional com as concepções gerenciais em voga. Ademais, foram encontrados trabalhos sobre o pioneirismo da “experiência” ou “caso” de Sobral, uma série de ações que destacaram esta cidade como um local de “sucesso” nas avaliações em larga escala e que reverberam na forma como muitas Secretarias de Educação passaram a encarar esse tipo de política avaliativa.

Os resultados da busca proporcionaram a formação de um fio explicativo: (i) a concepção administrativa presente no Governo do Estado do Ceará; (ii) a penetração desta concepção administrativa na Educação; (iii) o “caso de Sobral” como um ponto de inflexão na relação deste Estado com as avaliações em larga escala; (iv) a incorporação dos exemplos sobralenses nas abordagens sobre as avaliações em larga escala. A partir disso, percebe-se, ao mesmo tempo, constâncias e silêncios nas teses, dissertações e artigos científicos, algo que será proposto como caminhos para pesquisas vindouras sobre o tema.

Não serão minuciosamente divulgados resultados dessas avaliações, tampouco muitos detalhes sobre essas políticas avaliativas e seu diálogo com o neoliberalismo, algo que pode ser encontrado em vasta literatura⁴, incluindo, em parte, naquela aqui abordada. Este artigo, pois, trata-se de uma análise crítica sobre as abordagens das pesquisas acerca das avaliações em larga escala sobre a Educação cearense.

2. UMA CONCEPÇÃO ADMINISTRATIVA

Até a década de 1960, o cenário econômico cearense era de industrialização precária e de baixa infraestrutura, além de ter um Administração Pública marcada pela improvisação (CISNE *et al.* 2001). A partir da década de 1960, algumas iniciativas foram tomadas, como a formação de “secretarias sem pasta” do planejamento e da coordenação administrativa (governo de Parsifal Barroso) e um primeiro Plano de Metas de Governo (PLAMEG I). Esta última iniciativa, no governo de Virgílio Távora, foi pioneira no Nordeste do Brasil e contou com auxílio técnico do Banco do Nordeste, da Universidade Federal do Ceará e do economista Hélio Beltrão (CISNE *et al.*, 2001, p. 175-176).

3. <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/09/16/ideb-2021-ceara-atinge-projecoes-estabelecidas-no-ensino-fundamental.html>

4. Bonamino & Sousa (2012); Bonamino & Franco (1999); Brooke (2006); Afonso (2009); Altmann (2002); Freitas (2012); Lima (2007); Brasil, (1994); Silva; Lopes & Castro (2016)

Apesar dessas e outras ações que se seguiram, de maneira geral, a Administração Pública cearense era marcada, ainda na década de 1980, por “desequilíbrio fiscal, déficits orçamentários, baixo nível de educação popular, índices de mortalidade infantil inaceitáveis, infraestrutura inadequada e registros ainda de pobreza extrema e de desigualdade social” (CEARÁ, 2007, Apud PINHEIRO, 2014, p. 38). Um ponto de inflexão desse cenário foi o chamado “Governo das Mudanças”, comandado por Tasso Jereissati, quando houve, a partir de então, fusão de secretarias e “incorporação, extinção e revitalização nos vários órgãos da administração estadual” (Cisne *et al.*, p. 179).

O Estado do Ceará passou a ser comandado politicamente por um grupo vinculado a grandes empresas locais, que passou a administrar o setor público com instrumentos da iniciativa privada. A continuidade política⁵ facilitou a manutenção desse planejamento estratégico, que procurou, com efeito, um fluxo contínuo entre a Secretaria de Planejamento e os demais órgãos administrativos (PINHEIRO, 2014).

Apesar desse inicial direcionamento para uma administração mais próxima da gestão privada, a Gestão por Resultados entrou oficialmente na Administração Pública do Ceará em 2004, através da criação do Comitê de Gestão por Resultados, do Grupo Técnico de Gestão por Resultados e do Grupo Técnico de Gestão de Contas, com o objetivo de

- I. garantir o equilíbrio financeiro sustentável do Tesouro Estadual e o cumprimento de metas fiscais e de resultado primário estabelecidas;
- II. consolidar o modelo de gestão baseado em resultados;
- III. elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade da administração estadual;
- IV. garantir o cumprimento das disposições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- V. contribuir para a preservação dos interesses contidos nas políticas públicas do Estado (CEARÁ, 2004)

A nota técnica desse novo modelo administrativo afirma que toda a Administração Pública deveria ser conduzida por constante monitoramento e avaliação para “retroalimentação do sistema, onde serão redefinidos os problemas, os programas os projetos e as ações” (CEARÁ, 2004, p. 15). Longe de ser uma exceção, a adoção desse tipo de política administrativa, fez-se em consonância com o cenário internacional (BANCO MUNDIAL, 2004; HALL & GUNTER, 2015), e do ponto de vista nacional, contou com o apoio de uma conjuntura marcada pela “forte descentralização de recursos, antes centrado na União, e estabilização da inflação” (GOMES &

OLIVEIRA, 2010, p. 120); a primeira provocada pelo novo pacto federativo inaugurado pela Constituição de 1988⁶ e a segunda pelo Plano Real de 1994.

Seguindo a lógica da descentralização dos recursos, o Ceará conseguiu, em 2005, empréstimos junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caminhando para um princípio administrativo em que “abandonava a política de recursos por obras/ações em troca de uma política de recursos por performances” (PINHEIRO, 2014, p. 40). A partir de então, a Administração Pública cearense passou a trabalhar em um constante modelo de Monitoramento e Avaliação de resultados⁷ em programas prioritários, algo que acompanha todas as secretarias executivas, incluindo a Secretaria Estadual de Educação (Seduc-CE).

Um dos pontos fundamentais que ligam essa concepção administrativa à Educação no Ceará foi a adoção de novos critérios para o rateio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios. A partir de 2007 (Lei Estadual n.º 14.023), 18% da cota Municipal deste imposto está vinculada ao desempenho de estudantes da Educação Básica, sendo ele medido em taxas de aprovação, evasão e pontuações em avaliações em larga escala (MATOS, 2017; FREIRE & SILVA, 2021). Também na Emenda Constitucional n.º 108 (2020), que regulamentou a contabilidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundeb), estabeleceu-se, em seu Art. 212, que uma parte da cota deve contemplar os que “alcançarem evolução de indicadores”.

Experiências exitosas nesses referenciais seriam buscadas por gestores municipais e estaduais, e esse desempenho virou um ativo importante para a Educação cearense: esse tipo resultado educacional rende distinção financeira e, conseqüentemente, política. Os desdobramentos no campo da Educação podem ser conferidos nos resultados das avaliações em larga escala, algo que chamou à atenção da comunidade acadêmica.

5. Tasso Jereissati conseguiu eleger como sucessor, em 1992, Ciro Ferreira Gomes, e retornou ao poder entre 1995-2002; foi eleito como sucessor, de seu partido Lúcio Alcântara (2003-2006); apesar de divergências políticas, o sucessor de Lúcio Alcântara foi Cid Ferreira Gomes, irmão do ex-governador Ciro; o grupo elegeu Camilo Santana em dois mandatos (2015-2022), marcando uma continuidade política de mais de três décadas, algo que marca a estrutura administrativa.

6. Ver Oliveira (2014)

7. Ver Banco Mundial (2004)

3. A "EXPERIÊNCIA DE SOBRAL": RESULTADOS, RESPONSABILIZAÇÃO E COLABORAÇÃO

A Educação pública cearense foi amplamente afetada pela nova concepção administrativa implementada em meados da década de 2000, assim como a chamada "experiência de Sobral", uma clara interseccionalidade entre Administração Pública e Educação Básica. Já há pesquisas consolidadas sobre aquilo que se apresenta, muitas vezes, como uma das mais bem-sucedidas experiências brasileiras de implementação de Políticas Públicas na Educação.

Desde os anos 1990, a Educação pública cearense vivenciou medidas impactantes como a municipalização da oferta do Ensino Fundamental e eleições diretas para direção em escolas estaduais (FREIRE & SILVA, 2021, p. 6). Entretanto, com efeito, talvez o maior impacto, a partir de meados da década de 2000, foi a adoção do "modelo sobralense" de alfabetização como referencial de qualidade educacional.

Segundo Becskeahazy (2018, p. 383), o "caso" de Sobral contou com alguma "aleatoriedade" para alcançar o destaque que recebe pelo seu projeto de alfabetização. Segundo a autora, houve uma conjugação de dois elementos fundamentais: (i) um grupo político em continuidade de poder que estabeleceu uma meta social prioritária, a saber, alfabetizar crianças na idade adequada; (ii) uma assessoria técnica próxima a esse grupo político que conseguiu resultados expressivos em curto prazo, algo que rendeu frutos políticos e retroalimentou o projeto.

A cidade contava com números de alfabetização semelhantes à média do Estado do Ceará até o ano de 2000, quando a prefeitura municipal realizou uma avaliação para aferir o nível de proficiência leitora de suas crianças na entrada do Ensino Fundamental. O plano envolvia três entidades de assessoramento técnico: (i) o Instituto Ayrton Senna – entidade privada que presta consultorias em setores sociais, destacadamente a Educação; (ii) a então secretária Municipal de Educação, Ada Pimentel, que optou por contar também com uma assessoria acadêmica; (iii) Edgar Linhares, professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, especialista em alfabetização infantil. O cenário interligou suportes políticos e técnicos que sustentaram uma mudança paradigmática (BECSKEHAZY, 2018; BRASIL, 2005).

Percebe-se uma conversão pedagógica em direção aos resultados, e uma demonstração disso foi que, a partir de 2001, no novo programa de alfabetização do município, avaliações externas *municipais* passaram

a aferir o nível de proficiência para composição de relatórios individuais. A partir disso, docentes atuavam para garantir que o processo de alfabetização fosse completado até o final do 1º ano do Ensino Fundamental (BECSKEHAZY, 2018, p. 124). Ademais, houve uma modificação na seriação das escolas municipais, com a 1ª série do Ensino Fundamental passando a ter dois anos: um chamado "básico" e outro "regular", focando sempre na alfabetização (BRASIL, 2005, p. 31).

A Secretaria Municipal de Educação elaborou protocolos pedagógicos que deveriam ser seguidos pelo corpo docente e gestão escolar. Em caso de resistência a essas ferramentas, "as escolas que assumissem a responsabilidade pelo alcance das metas poderiam implantar métodos alternativos ao proposto pela Secretaria de Educação" (BRASIL, 2005, p. 33), ou seja, haveria uma responsabilização prévia aos servidores que não cumprissem à risca as propostas verticalizadas desde o corpo técnico da Secretaria Municipal.

Estimulado, ainda, pelo Instituto Ayrton Senna, foi criado o cargo de Superintendência Escolar, que interliga a gestão municipal às unidades escolares, realizando visitas mensais às escolas para observação, apoio, avaliação e responsabilização. Essa aproximação da gestão escolar mais central junto às unidades é também vista como fundamental para esse caso de sucesso (BRASIL, 2005; BECSKEHAZY, 2018; GUSMÃO & RIBEIRO, 2011; MUylaert & BONAMINO; MOTA, 2022; CRUZ & LOUREIRO, 2020). Outro aspecto tocado pelos autores acima citados é a consolidada municipalização dos Ensinos Infantil e Fundamental no Ceará, que permite criação de estratégias, financiamentos e parcerias em busca de resultados; a mais importante parceria viria, contudo, com o próprio Governo do Estado, como mostrado em sequência.

A eleição de Cid Gomes para governador do Estado, no pleito de 2006, modificou o panorama da gestão educacional cearense, algo que alcançou o Ensino Médio, de responsabilidade estadual. Uma parceria da Seduc-CE com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CaEd-UFJF), foi estabelecida, assim como uma remodelação da estrutura técnica nas sucursais regionais (MATOS, 2017). Foram criados os cargos de Superintendência Escolar para as escolas de Ensino Médio, aproximando a gestão central das unidades escolares, além da adoção do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), de concepção estadual, para fornecer formação de professores e monitoramento e avaliação de resultados de aprendizagem.

Segundo Muylaert, Bonamino e Mota (2022, p. 485), o sistema de colaboração caracterizado pela Constituição de 1988 e a LDB (1996) "apresenta um modelo mais institucionalizado e sistêmico no estado do Ceará". Para as autoras, há dois tipos de colaboração em atividade no Estado: as "verticais", que são realizadas do Estado para os Municípios, em especial com as Células de Colaboração com os Municípios (CECOM), que as sedes regionais da Seduc-CE mantém em atividade no interior do Estado; e as "horizontais", entre os municípios e suas escolas, e entre estas (MUYLAERT; BONAMINO; MOTA, p. 487).

Essa colaboração entre escolas foi estimulada, por exemplo, pelo Prêmio Escola Nota Dez, criado em 2011 para incentivar financeiramente as escolas com melhores indicadores segundo as avaliações em larga escala, assim como apoiar, também com recursos, as escolas de baixo desempenho (MUYLAERT & BONAMINO, 2022; MOTA & MOTA, 2021; CALDERON; RAQUEL & CABRAL, 2015; GUSMÃO & RIBEIRO, 2011). Segundo esse programa, as 150 escolas mais bem colocadas no Ideb passam a ser denominadas como "escolas premiadas" e fazem visitas programadas para compartilhar experiências com unidades de baixo desempenho em avaliações, as chamadas "escolas apoiadas".

Entre os autores aqui citados, há uma visão relativamente positiva sobre a priorização na alfabetização de crianças partindo de Sobral e da adoção dessas experiências pelo Governo do Estado do Ceará, assim como seu esforço colaborativo perante as secretarias municipais através da formação de professores. Há pouco espaço para questionamentos, por exemplo, do processo de diagnose presente nesse tipo de Política Pública, algo que promove marcações de estudantes e transforma a Educação em algo passível de calibragem de práticas e procedimentos, fomentando, por conseguinte, um neotecnicismo (MOTA; GADELHA, 2016). Também é pouco questionado sobre o poder do Estado em elencar e apresentar "problemas sociais" para, a partir de então, disponibilizar tempo, dinheiro e regramentos para solucioná-los (BOURDIEU, 2014). Por fim, silencia-se também sobre instrumentos de avaliação multirreferenciados (GUSSI, 2014), ou mesmo etnografias, que busquem, através do contato alongado com interlocutores, analisar os significados dessas avaliações para alunos e profissionais envolvidos.

Outro silêncio percebido nas referidas publicações é o Ensino Médio cearense, que não desponta como "destaque" nacional, como o Ensino Fundamental. Até mesmo o Ensino Médio de Sobral não se destaca nesse tipo de avaliação. Tomando a aferição do Spaece de 2019 (último antes da Pandemia de

Covid-19 e do ensino remoto), vê-se que, em Língua Portuguesa (lembrando que o foco sobralense foi a alfabetização), o desempenho estaria no padrão "Intermediário", mais próximo do "Crítico" do que do "Adequado". Um dado importante dessas aferições: as Escolas Estaduais de Educação Profissional, de jornada ampliada e seleção de alunos por currículo, estão todas no nível "Adequado" (média de 331 na escala de proficiência), enquanto as que funcionam apenas em um turno, as "escolas regulares", têm média de 286.

Um campo complexo como o da Educação conta com variáveis subjetivas importantes: idade dos alunos, estrutura escolar das famílias, composição curricular, perspectivas dos professores, estrutura das escolas, pobreza entre outras. Todos esses aspectos interagem e fazem com que cada nível de ensino tenha suas peculiaridades, haja visto que, dentro do modelo de avaliação escolhido como prioritário, não conseguiram replicar a "experiência de Sobral" no Ensino Médio.

As produções acadêmicas sobre as avaliações em larga escala no Ceará no Ensino Médio se concentram especialmente no repositório do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A seguir, far-se-á uma discussão sobre essa produção.

4. SPAECE E ENSINO MÉDIO: CASOS DE GESTÃO(?)

O Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora tem como foco principal a formação de gestores educacionais, e conta com dezenas de convênios junto a Secretarias de Educação (incluindo a Seduc-CE), universidades e Inep (OLIVEIRA, 2017, p. 26). Por conta disso, as produções se concentram nesse perfil, incluindo aquelas que tratam das avaliações em larga escala nas escolas estaduais do Ceará.

Encontramos, no referido repositório, dezessete (17) dissertações⁸ que tratam do Spaece em escolas estaduais, seja em título ou resumo. Há predominância de estudos de caso e pesquisas qualitativas marcadas por entrevistas semiestruturadas e questionários. As pesquisas de campo geralmente permanecem pouco tempo nas escolas, sem um contato alongado com os sujeitos; não foram encontradas entrevistas com estudantes. Nos trabalhos, desde os resumos, há a indicação de que as dissertações buscam analisar "casos de gestão", e todas as dissertações

8. Há grande produção de outros programas educacionais cearenses.

estudadas contém em seus últimos capítulos Planos de Ação Educacional (PAEs), que se configuram como propostas de intervenção para melhorias no quadro analisado, característico em estudos sobre Gestão em Políticas Públicas; nesses trabalhos também há bastante material sobre a formação das avaliações em larga escala, em especial o Spaece, fato que mostra a importância desta avaliação para o segmento do Ensino Médio.

Nas produções, são discutidas opções de gestão e o tratamento dos resultados dentro e fora das escolas. Um exemplo disso é o trabalho de Oliveira (2020), que analisou o baixo número de acessos aos resultados do Spaece, disponibilizados *online* na plataforma do CAEd; em seu Plano de Ação Educacional, há proposta para melhorar a rapidez da divulgação e trabalhar a comunicação entre os entes de gestão.

As expressões "usos" e "apropriação" relativos a "dados" estão em onze títulos das produções, marcando pesquisas que procuram analisar como os dados das avaliações do Spaece são trabalhados em casos específicos. Matos (2019) mostra que, em seu estudo de caso, essa apropriação era feita com pouca reflexão pedagógica, mas destaca que os professores são influenciados pela importância dada aos resultados, passando a ensinar visando, justamente, melhor desempenho na avaliação (MATOS, 2019, p. 127). Essa postura também é percebida por Diogo (2022, p. 92), que relatou, em seu estudo de caso, que professores agem de forma "reativa" aos diagnósticos das avaliações e simulados de monitoramento. O autor propõe que os dados do SPAECE sejam utilizados em planejamento ao longo de todo o ano letivo, não em momentos mais próximos das avaliações.

Brasil (2021) mostra que os resultados podem fomentar culpabilização entre entes diferentes: superintendência sobre o Núcleo Gestor, este sobre os professores, e, enfim, aos alunos; a infrequência e o desinteresse discentes aparecem em alguns depoimentos de profissionais como motivações para resultados ruins (BRASIL, 2021, p. 111). Matos (2017) também captou, em entrevistas com um Núcleo Gestor, uma espécie de decepção entre colegas, pois segundo os profissionais da gestão escolar, alguns professores sequer tentam executar as propostas para melhorar os resultados nas avaliações externas (MATOS, 2017, p. 82-83; MATOS, 2019, p. 120).

Silva (2021, p. 48) encontrou relatos de indisciplina dos alunos em aulas voltadas para o reforço dos descritores do Spaece, assim como desconexão destas com o currículo proposto pelos Livros Didáticos. O autor, sobre esse tema, conclui:

Diante dos fatos apresentados, infere-se que os casos de indisciplina dos alunos, conforme mencionado pelos professores no momento das respostas aos questionários, estão associados à falta de interesse que pode ser provocada pela ausência de conhecimento da estrutura do Spaece, ou ainda, pela não publicidade das ações que esse programa propõe (SILVA, 2021, p. 50)

No trecho acima, o autor relaciona as resistências discentes ao tipo de preparação para a prova do Spaece ao "desconhecimento" do escopo da avaliação, desconsiderando outros interesses e motivações que os discentes podem carregar em suas subjetividades. Ora, cada nível de ensino possui particularidades, e o Ensino Médio tem, dentre outras características, uma descentralização considerável de disciplinas escolares. Aliado a isso, conta com uma faixa etária mais próxima da adulta, fato que, em si, dificulta ações de treinamentos repetitivos de aulas preparatórias, como atesta um dos primeiros documentos sobre os resultados dos dois primeiros ciclos do Saeb (BRASIL, 1994).

Por condições epistemológicas, as pesquisas não analisam subjetividades, mas ainda assim revelam traços importantes sobre percepções diversas em relação às avaliações em larga escala. Uma delas é a de que uma "boa" apropriação de resultados melhoraria no aprendizado e nos índices, e que essa apropriação deficitária é proveniente de docentes e discentes que "não entendem", "não conhecem", "não se interessam" ou "não se sensibilizam" com aquele trabalho (MATOS, 2019; MESQUITA, 2020; SOUSA, 2016).

Um panorama bastante mencionado nas pesquisas é o costume cada vez mais arraigado da realização de "simulados" para monitoramento das avaliações externas - todas as dissertações mencionam os "simulados" realizados pela Seduc-CE através das sucursais regionais. Isso leva a uma espiral de constantes revisões e reforços de descritores, num trabalho intenso que parece tentar, de alguma forma, consertar algo específico que não esteja funcionando, uma calibragem. Em Silva (2021, p. 48), uma gestora escolar chega a se queixar que falta tempo para "discutir descritor por descritor", o que sugere conflitos de tempos e prioridades que as escolas vivenciam. Segundo Mota e Mota (2019, p. 13), para além do trabalho de monitoramento, "os treinamentos podem familiarizar os estudantes com os exames e com isso o desempenho das escolas pode ser melhorado ou mantido", pois as avaliações externas contam com cronometragem e outros protocolos de preenchimento de gabaritos.

As pesquisas mostram um sólido costume de treinamento, mesmo que não seja utilizada essa terminologia. Santos (2014) faz descrição de

"seminários de apropriação de resultados" em uma sucursal regional da Seduc-CE, e segundo o autor, nessas formações promovidas pela Secretaria, as escolas foram estimuladas a fazerem: (i) acompanhamento de infrequência; (ii) fortalecimento da participação dos alunos nos dias de formação; (iii) realização de simulados mensais; (iv) "trabalhar os descritores em que os alunos se encontram muito crítico"; (v) e adoção de "atividades educativas inovadoras" (SANTOS, 2014, p. 48). Num cenário em que se estimula a repetição de exercícios de fixação de conteúdos, contraditoriamente, mencionam-se práticas educativas "inovadoras".

Esse dispêndio de tempo para simular e treinar é potencialmente conflitante com outras prioridades de estudantes e professores. Alunos podem se desinteressar pelo modelo e se sentirem desestimulados a frequentarem às aulas. Pinheiro (2016) traz um depoimento de um coordenador pedagógico que afirmou que "trabalhos relacionados ao Enem" acabaram por deixar a ação para o Spaece "ofuscada" (PINHEIRO, 2016, p. 74), ou seja, o "brilho" de uma ação pedagógica "ofuscou" a outra. A falta da perspectiva dos alunos não nos esclarece, por exemplo, a existência de boicotes.

Moura (2021), em suas coletas de depoimentos sobre "apropriação e uso de dados do Spaece", menciona uma realidade escolar em que os alunos se ausentam da escola por meses por conta do plantio e colheita da safra de suas famílias. Apesar de afirmar que tais ausências comprometem o "senso de pertencimento ao espaço escolar" (p. 98), traz uma fala da superintendência escolar: "forte da superintendência são os dados, pois contra dados não há argumentos" (MOURA, 2021, p. 71). Nesse tipo de percepção, o que é considerado "dado"? Há preocupação e atenção a dados mais simbólicos e menos contabilizáveis? Sousa (2016), por exemplo, mostra uma realidade escolar em que havia grande rotatividade de professores e até ausência de docentes de Matemática por meses, mas ressalta que uma das grandes falhas no processo era a divulgação de resultados pela escola. Percebe-se, em ambos os casos, preocupações com o *que* funciona, não *como* funciona.

Essas especificidades de realidades escolares, aparentemente desconsideradas, ou, pelo menos, minimizadas pelos gestores, aparecem no estudo de Bezerra (2014) sobre os impactos do ensino noturno nos resultados. Segundo o autor:

essa disparidade entre os turnos de ensino é desconsiderada durante a demonstração dos resultados finais do SPAECE. Além disso, sua metodologia de responsabilização e bonificação também se mostra problemática, uma vez que os alunos do período diurno acabam sendo os mais

premiados por obterem os melhores resultados na avaliação externa. (BEZERRA, 2014, p. 15)

O autor mostra detalhadamente em seu trabalho como a quantidade de aulas e o perfil social dos alunos são diferentes entre os turnos noturno e diurno, e como, por essas razões, deveriam ser tratados de forma diferenciada nos momentos de cobrança e responsabilização, especialmente reuniões públicas, algo não praticado e que gera desconforto. Mesquita (2020) analisou reuniões de apropriação de resultados, e viu que, o anonimato das escolas, na realidade presenciada, não gerou "constrangimentos". Diz a autora:

muitas dessas comparações são feitas, principalmente, baseando-se nas trajetórias das escolas ao longo das avaliações, levando cada instituição a refletir sobre si e buscar as mudanças necessárias para avançar. Este é um movimento que acontece todo início de ano, antes de iniciar as atividades letivas (MESQUITA, 2020, p. 52)

O "anonimato" em uma reunião em que praticamente todos se conhecem é possível? Como afirmar que não há constrangimentos sem conviver e/ou perguntar isso aos sujeitos? Montar padrões e estabelecer metas fazem parte do campo da Administração Pública, mas a Educação, contudo, possui especificidades. A análise de trajetórias e de cenários sociais que permeiam resultados, metas e responsabilizações é necessária para construção de conhecimentos mais sólidos, algo proposto pelos estudos de Gussi e Oliveira (2016) Langdon e Grisotti (2016) e Rodrigues (2007).

As pesquisas apresentadas trazem o ponto de vista da gestão escolar, com destaque para o fato de terem sido desenvolvidas por professores de escola pública. Elas mostram potencialidades para alargar a compreensão da implementação de políticas públicas em Educação, mas carecem, por exemplo, de crítica aos programas avaliativos e suas vinculações políticas e econômicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a mostrar uma revisão crítica de literatura sobre avaliações em larga escala no Estado do Ceará, sem, contudo, pretender ser exaustivo. O que por vezes se apresenta como uma espécie de "fenômeno" educacional, pode ser interpretado como um alinhamento deste campo a uma concepção administrativa que perpassa toda a Administração Pública cearense: a Gestão por Resultados. Calçado nesta concepção, vivencia-se constantemente o monitoramento e avaliação de resultados, prevendo quedas e agindo, com o aval da gestão superior, de forma a evitar resultados ruins.

Dentre os achados, há elogios ao regime de colaboração existente na educação pública cearense, praticado desde a Secretaria Estadual de Educação até as Secretarias Municipais com suporte técnico e financeiro. A competição entre os Municípios e escolas por recursos certamente contribuiu para a manutenção do estado de alerta em relação aos resultados nas avaliações em larga escala.

Esta revisão, contudo, percebeu certo silenciamento em relação aos impactos, no Ensino Médio, dos bons resultados obtidos nas etapas anteriores de ensino. Afinal, por que o Ensino Médio cearense não desponta como destaque mesmo depois de mais uma década do "sucesso" dos ensinos Infantil e Fundamental? Por que o Ensino Médio de Sobral não desponta como "exemplo", nas escolas "regulares"? São questionamentos importantes para pesquisas acadêmicas vindouras.

No tocante às pesquisas de campo encontradas nos trabalhos do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, local de concentração de trabalhos sobre o tema aqui abordado, constatou-se carência de pesquisas de longa permanência em campo para tratar desse "fenômeno cearense". Trata-se bastante como "casos de gestão" e pouco se cuida das abordagens didáticas, ademais, carecem de críticas ao repetido exercício de repetição de correção de questões. Este trabalho deixa como proposta o desenvolvimento de pesquisas que abordem o ponto de vista dos estudantes sobre as avaliações em larga escala.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo J. Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, 13-29, 2009
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.
- BANCO MUNDIAL. Monitorização & Avaliação. Algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, D.C., 2004.
- BECSKEHAZSY, Ilona. **Institucionalização do direito à Educação de qualidade**: o caso de Sobral, CE. Orientador: Romualdo Luiz Portela de Oliveira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018
- BEZERRA, F.I. M.M. **O Impacto do ensino noturno nos resultados do SPAECE**: o caso de duas escolas do Ceará. Orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. **Cadernos de Pesquisa**, nº 108, p. 101-132, novembro/1999
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, Abr/Jun, 2012.
- BRASIL. **Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais**: a experiência de Sobral/CE. Série Projeto Boas Práticas, nº 1, Brasília, INEP, 2005
- BRASIL. **Sistema Nacional de Educação Básica**: Objetivos, Diretrizes, Produtos e Resultados. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, Junho de 1994. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002195.pdf>. Acesso em 21/01/2020, 09:39.
- BRASIL D. F. **O uso pedagógico dos resultados do SPAECE em uma escola de ensino médio**: desafios e possibilidades. Orientador: Marco Aurélio Kistemann Júnior. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.
- BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006
- CEARÁ. **Gestão Pública por Resultados na perspectiva do estado do Ceará**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza, 2004
- CISNE, Joaquim; CISNE, Ana; CISNE, Leticia. Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. **Conhecer: debate entre público e privado**. Vol 11, nº 27, 2021.
- CRUZ, Louisee; LOUREIRO, André. **Alcançando um Nível de Educação de Excelência em Condições Socioeconômicas Adversas**: o caso de Sobral. Banco Mundial, 2020

DIOGO, E. V. **Uso de dados educacionais do Spaace pelos professores de Matemática de EEM Francisco de Almeida Monte na cidade de Alcântaras-CE:** caminhos para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Orientador: Marcelo Câmara dos Santos. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

FREIRE, A. M. S.; SILVA, A. F. Políticas de accountability na educação cearense (2007-2019). **Revista Exitus**, Santarém, Vol. 11, p. 01-25, e020184, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, abr.-jun. 2012.

GOMES, Maria L; OLIVEIRA, Francisco C. Modelos Organizacionais de Administração Pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 28, p. 83-104, set/dez 2010

GUSMÃO, J Joana Buarque de; RIBEIRO, Vanda Mendes. Colaboração entre estado e municípios para a alfabetização de crianças na idade certa no Ceará. **Cadernos Cenpec**, v. 1, n. 1, 2011, p. 9-34.

HALL, David; GUNTER, Helen M. A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 743-758, jul.-set., 2015.

LIMA, A.C. **O Sistema Permanente De Avaliação Da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do Estado.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2007

MATOS, Ana P.P. **Um estudo de caso sobre a gestão escolar no contexto dos resultados de Matemática e Português do SPAECE.** Orientador: Marco Aurélio Kistemann Jr.. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MATOS, R. B. A. **Apropriação dos resultados das avaliações do SPAECE:** estudo de caso em uma escola estadual de ensino médio do Ceará. Orientador: Alesandra Maia Lima Alves. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MESQUITA, Maria V. F. **Apropriação dos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) e sua repercussão na Escola de Ensino Médio Raimundo Nonato Ribeiro em Trairi-CE.** Orientador: Tufi Machado Soares. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

MOTA, Maria O.; MOTA; Diego. O discurso dos professores das escolas premiadas e apoiadas sobre o prêmio escola nota dez. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, V.8, n. 17, 2019.

MOTA, Maria O.; MOTA, Diego. O Prêmio Escola Nota Dez (PENDez) – um instrumento de combate às desigualdades educacionais da Educação Infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021

MOURA, J. G. **Apropriação e uso dos dados do SPAECE, em Matemática:** caso de gestão da Escola de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção. Orientador: Carolina Alves Magaldi. 118 f. Dissertação